

A Ética e a Bíblia

James Rachels

Muitos tentam justificar suas convicções morais, quer seja em relação a assassinato, infanticídio, homossexualidade ou aborto, apelando para a Bíblia. Mas até que ponto podemos confiar no que a Bíblia tem a dizer sobre moralidade? Neste artigo, James Rachels, Professor de Filosofia da Universidade do Alabama, em Birmingham, levanta questões sobre a legitimidade das justificações Bíblicas.

Como deveríamos viver? Para responder a esta pergunta, muitas pessoas se voltam para a Bíblia. O que encontram é frequentemente inspirador, apesar de forjar padrões demasiadamente altos: ame a teu vizinho como a ti mesmo; trate os outros como gostaria de ser tratado e caminhe com Deus em humildade.

A inspiração, todavia, pode ser encontrada em vários livros. *To Kill a Mockingbird* nos ensina a virtude da tolerância e *A Tale of Two Cities* nos impressiona com a nobreza do autossacrifício. William J. Bennett, um filósofo que foi Secretário de Educação dos Estados Unidos, editou uma coleção chamada *The Book of Virtues*, que inclui dúzias de estórias e poemas destinados a ensinar a coragem, a autoconfiança e a responsabilidade. Mas a Bíblia, muitos pensam, é diferente: há nela a autoridade que falta aos outros livros. Portanto, recorrem à Bíblia não apenas buscando

inspiração, mas respostas a questões morais específicas, como aborto e homossexualidade.

Ensinos claros vs. interpretações

A procura por uma solução para o problema do aborto ilustra a dificuldade de se encontrar orientação na Bíblia. Como seria se a Bíblia nos desse uma resposta clara? Haveria uma passagem semelhante a esta, talvez entre as palavras de Jesus: “Mas eu te digo: a criança no ventre desta mãe, diminuta e ainda não formada, é preciosa aos olhos de Deus, e aquele que a matar, mesmo antes de seu nascimento, cometerá assassinato”. Mas não há tal passagem. A Bíblia nada diz sobre aborto.

Mesmo assim, algumas passagens são consideradas significativas. Um feto é uma pessoa humana completa, com pleno direito à vida? Uma frase do primeiro capítulo do livro de Jeremias é citada frequentemente para justificar a resposta afirmativa: Disse Deus a Jeremias, “Antes de teres sido formado no ventre de tua mãe, eu te conhecia, e antes de teres nascido, foste santificado”. Estas palavras são entendidas como significando que o não-nascido, tanto quanto o nascido, são “consagrados” a Deus.

No contexto, todavia, elas parecem muito diferentes. Eis a passagem

completa:

Então a palavra do Senhor veio a mim dizendo: Antes de teres sido formado no ventre de tua mãe, eu te conhecia, e antes de teres nascido, foste santificado; às nações te dei por profeta.

Então eu disse: Ah, Senhor Meu Deus! Eis que não sei falar, pois sou apenas uma criança. Mas o Senhor me disse:

Não digas: Sou apenas uma criança; porque, onde quer que eu o envie, tu irás, e tudo quanto te mandar dizer, tu dirás. Não temas, porque estarei contigo, disse o Senhor. (Jer. 1: 4-7)

Não há nada aqui sobre aborto ou situação moral do não-nascido; na verdade, trata-se da autoridade de Jeremias como profeta. Jeremias está dizendo: “Deus me autorizou a falar por ele; mesmo tendo eu resistido, ele me ordenou que fale”. Mas Jeremias se expressa de modo poético ao afirmar que Deus já desejava, antes mesmo de ter ele nascido, que fosse profeta.

Isso acontece com frequência quando a Bíblia é citada em conexão a questões controversas. Umhas poucas frases são tiradas de uma passagem que trata de outro assunto e “interpretadas” de modo a apoiar a posição moral favorecida. É mais provável que isso aconteça quando não houver passagem que conduza de modo inequívoco ao problema em questão. Quando isto acontece, é correto dizer que a pessoa que cita as escrituras está “seguindo os ensinamentos morais da Bíblia”? Ou seria mais correto dizer que ela está recorrendo às

Escrituras em apoio a um ponto de vista moral que já se tinha como certo, e lendo a conclusão desejada em quaisquer frases com conteúdo parecido que pudesse encontrar?

O mesmo uso se faz de outros textos sagrados. Os fundamentalistas islâmicos citam o Alcorão para justificar a Guerra Santa contra o Ocidente, mas o que o Alcorão realmente diz? Mohammed Atta, que liderou o ataque de 11 de Setembro ao World Trade Center, deixou quatro páginas com instruções para seus homens, que incluíam 21 citações do Alcorão. Em sua maior parte, tratava-se de exortações à paciência, promessas de vida eterna e coisas do gênero. Como se tentasse justificar o ataque, eis as três passagens mais beligerantes: “E eles apenas diziam, Senhor, perdoe nossos pecados e excessos, dê-nos um espírito resoluto e conceda-nos a vitória sobre os infiéis”, “Golpeie-os na cabeça, e em todas as suas extremidades”, “Oh Senhor, derrame sobre nós a tua paciência, dê-nos um espírito resoluto e conceda-nos vitória sobre os infiéis”.

É impressionante que isso tenha sido o melhor que os terroristas puderam fazer. Um Cristão não teria dificuldade em encontrar muito mais passagens de exortação à guerra, retiradas do Velho Testamento (embora seu significado para os dias de hoje seja igualmente problemático). É fácil imaginar qual seria a justificativa do Alcorão, se existisse: seria uma passagem que dissesse “Seu dever em todo tempo e em todo lugar é matar os infiéis, e o que estiver escrito contra o suicídio e a morte de inocentes, neste Livro Sagrado, será suspenso

quando do cumprimento deste dever”. Mas é claro que não há tal passagem. Assim, aqueles que pretendem encontrar esta doutrina no Alcorão não têm escolha senão reunir quaisquer trechos e frases que possam encontrar e fingir que elas somam à passagem inexistente.

À luz do fato de que a vasta maioria dos muçulmanos do mundo é pacífica, o Primeiro Ministro Tony Blair, juntamente com outros líderes mundiais, insistiu que os ataques terroristas eram “inteiramente contrários aos ensinamentos do islamismo”. Uma avaliação mais pertinente, todavia, foi fornecida por Fareed Zakaria, um muçulmano hindu responsável pela edição internacional da *Newsweek*:

O Alcorão é um livro enorme, vago, cheio de poesia e contradição (muito semelhante à Bíblia). Há nele condenação à guerra e incitamento à luta, belas expressões de tolerância e críticas severas aos não-crentes. As citações do Alcorão nos dizem muito mais sobre a pessoa que as selecionou que sobre o Islã (*Newsweek*, 15 de Outubro de 2001).

As razões por trás dos ensinamentos

Diferentemente do aborto, a homossexualidade é claramente condenada na Bíblia. O Levítico 18:22 diz “Tu não deves deitar com um varão como se fosse uma mulher; isto é abominação”. Apesar disso, alguns comentadores sustentam que a Bíblia não é de fato tão dura em

relação à homossexualidade, e explicam como cada passagem relevante (parece haver nove) deveria ser compreendida. (Veja Peter J. Gomes, *The Good Book*, New York: Avon, 1996). Mas, supondo que tomemos a passagem do Levítico em sentido literal, e concedamos que a Bíblia realmente ensina que a homossexualidade é abominação. O que podemos inferir disso? Pode-se inferir daí que é de fato abominação? Problemas como este existem até mesmo para os crentes. Um é de natureza prática e outro, teórica.

1. O problema prático é que os textos sagrados, especialmente aqueles compostos tanto tempo atrás, nos oferecem mais do que esperamos obter. Poucas pessoas leram de fato o Levítico, mas se o fizeram, descobriram que, somando-se à proibição da homossexualidade, há nele instruções para tratar os leprosos, exigências em relação aos sacrifícios e uma rotina elaborada para lidar com as mulheres que estão em seu período mensal. Há um número surpreendente de regras a respeito das filhas dos sacerdotes, incluindo a observação de que, se a filha de um sacerdote “agir como meretriz”, deverá ser queimada viva (21:9). O Levítico proíbe que se coma carne gordurosa (7:23), só permite que uma mulher entre no santuário após decorridos 42 dias de ter dado à luz (12:4-5), e não permite que se veja um tio nu. O último, incidentalmente, também é tratado como abominação (18:14, 26). Diz ainda que a barba não deve ser aparada nos cantos (19:27) e que é permitido comprar escravos dos estados vizinhos (25:44). Há muito mais, mas isso é o bastante para dar uma ideia.

Não podemos concluir que o homossexualismo seja uma abominação simplesmente porque o Levítico assim o diz, a menos que também seja nosso desejo concluir que estas outras instruções sejam exigências morais. Mas, no século XXI, quem tentasse viver em conformidade com estas regras enlouqueceria. Alguém poderia, claro, conceder que as orientações sobre a menstruação, etc., eram peculiares à cultura antiga e não nos obrigam hoje. Isto seria sensato, mas se disséssemos algo assim, a porta estaria aberta para afirmar o mesmo sobre a regra contra a homossexualidade.

Líderes fundamentalistas como o Rev. Jerry Falwell dizem que, ao se oporem à homossexualidade, eles “não têm escolha” exceto aceitar o ensinamento bíblico. Como diz Falwell, “Devo ser obediente ao Senhor”. (*National Liberty Journal*, Julho de 1999). Todavia, ele não acredita que não tenha escolha quando se trata de comer carne gordurosa. Na verdade, o Rev. Falwell faz o que qualquer pessoa sensata faria: segue os preceitos que lhe parecem razoáveis e ignora os demais. Como poderia ser de outra forma? Nenhuma pessoa sensata pode desprezar seu próprio julgamento, mesmo quando consulta uma autoridade respeitada. (Se a voz de Deus lhe diz para fazer algo que seu próprio bom senso diz ser loucura, você provavelmente concluirá que não é a Deus que está ouvindo.) É por isso que as pessoas inevitavelmente “interpretam” a escritura ajustando-a a suas próprias ideias sobre o que é certo.

2. A dificuldade teórica é igualmente séria: nada pode ser moralmente

certo ou errado porque uma autoridade assim o diz, nem mesmo quando se trata de uma autoridade tão reverenciada quanto a Bíblia. Se os preceitos do texto não forem arbitrários, deve haver uma razão que os explique. Nós deveríamos ser capazes de dizer por que a Bíblia condena a homossexualidade, e esperar uma resposta. Esta resposta, então, nos esclareceria por que o homossexualismo é errado, se de fato o é. Na lógica do raciocínio moral, a referência ao texto deve ser abandonada e a razão por trás do pronunciamento, se houver, deve ter lugar.

Vale a pena nos determos um instante sobre este último ponto. Eis um exemplo diferente: a Bíblia diz que não devemos levantar falso testemunho contra o próximo (Ex. 20:16). Esta é uma regra arbitrária que Deus nos impôs sem razão? Pelo contrário, é fácil ver por que esta regra faz sentido: o falso testemunho gera prejuízo e destrói confiança que os outros têm em nós. Mentir em relação ao próximo (“levantar falso testemunho”) é o mesmo que insultá-lo e prejudicá-lo injustamente. Se quiser saber por que mentir é errado, essas são as razões. A questão crítica sobre a homossexualidade consiste em saber se é possível encontrar razões igualmente boas para explicar por que deveríamos condená-la. Se nos disserem tão somente que uma autoridade a condena, não nos explicaram por que é condenável.

Dois ensinamentos claros do Novo Testamento

É inútil agir ingenuamente em relação à Bíblia, procurando respostas simples para questões morais e sociais complexas. Um texto composto há tanto tempo não contempla os problemas do século 21. Ainda que contenha normas com relação à lepra e aos sacrifícios, não oferece aconselhamento sobre problemas atuais como poluição do meio-ambiente, direito dos trabalhadores, uso de armas atômicas, taxa de impostos justa ou eutanásia.

Entretanto, alguns problemas morais são atemporais, e sobre alguns deles os ensinamentos do Novo Testamento são claros. Qual deveria ser nossa atitude diante da violência? Deveríamos considerar legítimos quaisquer meios para alcançar nossos fins? Um cristão poderia observar que o pacifismo é um ponto de vista consistente e estabelecido, no Novo Testamento. O Pacifismo não é apenas sugerido; a Bíblia o recomenda claramente em várias passagens. Esta é, além disso, a visão do próprio Jesus: “Mas eu te digo, não resistas ao mal. Se alguém te bater na face direita, oferece-lhe a outra” (Mat. 5:39). São Paulo acrescenta que não devemos pagar o mal com o mal, mas deixar a vingança nas mãos de Deus (Rom. 12:17-21). Estas palavras e outras semelhantes, espalhadas pelo Novo Testamento, são tão familiares que não percebemos o quanto são radicais, mas os primeiros cristãos perceberam. Durante os primeiros três séculos do movimento cristão

uma grande porcentagem de seus adeptos foi pacifista. Somente após a conversão de Constantino, quando o Cristianismo se tornou a religião oficial do Império, o pacifismo cedeu lugar à ideia de Guerra Justa e ao direito de autodefesa.

Outra questão atemporal consiste em saber que atitude se deve tomar em relação ao dinheiro. Por um lado, parece errado gastar dinheiro com luxo enquanto crianças em países do terceiro mundo estão morrendo por falta de alimento e cuidados médicos básicos. Por outro, você poderia achar que não é responsável pelo bem-estar de estrangeiros em lugares distantes e, se tiver uma vida honesta e decente, não pode se sentir culpado por apreciar o dinheiro que ganhou com seu próprio trabalho. Confrontado com essas ideias plausíveis, mas incompatíveis, o que pensar?

Um crente poderia perceber, com certo grau de razoabilidade, que somente um destes procedimentos é consistente com o Novo Testamento. No Velho Testamento, a riqueza é um sinal de favorecimento divino. No Novo Testamento, todavia, a associação da riqueza com o divino é abandonada; são o pobre e o manso de espírito que estão fazendo o trabalho de Deus. Mais uma vez, a familiaridade pode ter roubado das passagens relevantes seu poder de chocar:

E, pondo-se a caminho, correu para ele um homem,
que ajoelhou-se diante dele e perguntou-lhe:
Bom Mestre, o que devo fazer para
merecer a vida eterna? E Jesus lhe disse:

Por que me chamas bom?

Ninguém é bom, senão Deus.

Tu sabes os mandamentos: Não matarás, não cometerás adultério, não roubarás, não levantarás falso testemunho, não defraudarás, honrarás teu pai e tua mãe.

E ele respondeu: Mestre, tudo isto eu tenho observado desde a infância. E Jesus, olhando para ele, o amou e disse: falta-te uma coisa ainda; vai, vende tudo o que tens, dá aos pobres e terás um tesouro no céu; depois vem, e segue-me.

E assim dizendo sua face entristeceu, e ele se retirou pesarosamente, porque era homem de grandes posses.

E Jesus, olhando ao redor, disse a seus discípulos:

Quão difícil é para aqueles que possuem riqueza entrar no reino de Deus! (Marcos 10: 17-23)

Tendo percebido tudo isso, um crente poderia decidir se comprometer com um modo de vida que renuncia tanto à violência quanto à riqueza. Mas esses compromissos se *justificariam*? Mais uma vez, se a justificação está em questão, precisaríamos saber as razões por trás das imposições das escrituras. Aceitá-las “pela fé” seria algo como se aconselhar com um amigo confiável. Ainda que não se deva concluir que o conselho foi correto simplesmente porque veio de seu amigo, você poderia acreditar que ele teve boas razões para lhe dar esse conselho. Um amigo, todavia, não o deixaria na ignorância sobre suas razões. Ele lhe diria quais são, para que você pudesse julgar por si

mesmo que caminho seguir.

Em qualquer medida, um cristão que aceitasse este ideal estaria seguindo os ensinamentos do Novo Testamento. Mas não teria muita companhia. Atualmente, os cristãos apoiam as guerras de seus países e, onde o dinheiro está envolvido, as ideias do Rev. Bruce Wilkinson são mais populares. O Rev. Wilkinson é o autor de um livro de devoção de 96 páginas, *The Prayer of Jabez*, que celebra uma obscura oração de quatro linhas esquecidas na genealogia do Crônicas I. Jabez, conta-nos a passagem, pediu a Deus para “ampliar seu território”, e Deus o atendeu. Isto é tudo o que sabemos sobre ele. Então o Rev. Wilkinson conclui: “Quando os executivos cristãos me perguntam ‘É certo pedir a Deus que amplie meus negócios?’ Minha resposta é: ‘Claro!’” Seu livro foi publicado dois anos atrás, e desde então tem vendido um milhão de cópias.

Tradução para português do Brasil de Eliana Curado, Universidade Católica de Goiás, Brasil. Professora de Filosofia Antiga, Filosofia da Arte e Lógica. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás.

autor: James Raches

tradução: Eliana Curado

fonte: Filosofia e Educação

original: *Think*, Spring 2002, pp. 93-101